

Para que Tupi represente uma nova era, o pré-sal tem que ser do povo brasileiro

“É a segunda independência do Brasil”, enfatizou o presidente Lula, ao discursar sobre o pré-sal, durante a solenidade que marcou o início do Teste de Longa Duração do campo de Tupi, no Dia do Trabalhador. O primeiro óleo extraído do pré-sal foi exibido como um troféu pelos presidentes da República e da Petrobrás, passando de mãos em mãos entre ministros, diretores da empresa, trabalhadores, artistas, atletas e várias personalidades que participaram do evento batizado de “Ano I de uma nova era”.

A FUP também estava presente à cerimônia e enfatizou a importância de uma nova legislação para o setor. A atual Lei 9.478/97, criada por FHC no ápice do neoliberalismo, desregulamentou a indústria de petróleo para entregar as reservas do país às multinacionais e tentar facilitar a privatização da Petrobrás. O coordenador da FUP, João Antônio de Moraes, destacou as lutas históricas dos movimentos sociais e da classe trabalhadora para criar a Petrobrás, defender o monopólio estatal do petróleo e impedir a privatização da empresa. “Essa luta continua. Temos agora o desafio de garantir que o pré-sal seja do povo brasileiro e não do capital privado, como querem as multinacionais”, ressaltou.

“Garantias para nossos filhos e netos”

Em seu discurso, o presidente Lula reconheceu a necessidade de mudanças nas regras do setor e cobrou agilidade dos ministros na revisão da Lei do Petróleo. “Se o país tem grandeza para respeitar contratos, tem também grandeza para mudar, pensando nas garantias que vamos dar para nossos filhos e netos. Não tem um país no mundo que tenha encontrado muito petróleo e não tenha mudado a regulamentação”. A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, declarou à imprensa que “o pré-sal é uma oportunidade de produzir petróleo para desenvolver o Brasil” e que o presidente Lula tomou a “decisão estratégica” de utilizar esses recursos no combate à pobreza. “Não adianta um país ser grande se não distribuir sua riqueza”, ressaltou a ministra, que é uma das integrantes do grupo governamental que estuda uma nova legislação para o setor.

Controle estatal e social

Sem dúvida, o início dos testes de produção em Tupi (que até o final de 2010 processará diariamente 100 mil barris de óleo e quatro milhões de metros cúbicos de gás) é um momento histórico e simbólico para a sociedade



brasileira e os petroleiros, cujas lutas em defesa da soberania e contra a privatização da Petrobrás foram fundamentais para garantir ao país a descoberta do pré-sal. Mas, para alcançarmos a “segunda independência” a que se referiu o presidente Lula e iniciarmos uma nova era, é preciso que o pré-sal seja de fato e de direito do povo brasileiro. Isso só ocorrerá se garantirmos o controle estatal e social sobre a exploração e utilização desta riqueza

Participe desta luta, somando-se à campanha da FUP e dos movimentos sociais para apresentar ao Congresso Nacional um projeto de lei de iniciativa popular, defendendo que a exploração, produção, desenvolvimento e destinação das reservas de petróleo e gás natural voltem a ser controlados pela União, através da Petrobrás. Precisamos coletar 1,5 milhão de assinaturas para ingressarmos com este projeto de lei no Congresso. Acesse o abaixo-assinado nos portais da FUP www.fup.org.br e da campanha em defesa do pré-sal www.presal.org.br

Leia no verso: Movimentos sociais intensificam mobilização por uma nova Lei do Petróleo

FUP consolida igualdade de direitos para trabalhadores da TBG

Apesar do capital privado responder por mais de 40% das ações da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG), a FUP e os sindicatos estão garantindo a extensão para os trabalhadores da empresa dos mesmos direitos e conquistas pactuados com a Petrobrás. No último dia 05, eles receberam na íntegra os valores de PLR praticados pela estatal. Essa foi, sem dúvida, uma das principais conquistas da greve de março, que assegurou a extensão do acordo de PLR também para a Refap e a Petroquisa, empresas que, como a TBG, fecharam o ano de 2008 com prejuízos.

Até outubro do ano passado, os trabalhadores da TBG não tinham sequer um acordo coletivo. Através da organização sindical, conquistaram a extensão dos acordos das PLRs 2007 e 2008 e das cláusulas econômicas garantidas na campanha salarial passada. Nos próximos dias, os

trabalhadores da Transportadora irão avaliar em assembléias a proposta de extensão das cláusulas sociais garantidas nos acordos pactuados com as empresas do Sistema Petrobrás. São cláusulas que dizem respeito a condições de trabalho, SMS, regimes, jornadas, benefícios, etc. Como as cláusulas referentes à Petros e à AMS precisam de adequação, serão tratadas em grupos de trabalho específicos.

As conquistas dos trabalhadores da TBG consolidam a luta da FUP pela igualdade de direitos para todos os petroleiros. Conquistas que só são possíveis devido à organização sindical da categoria, que tem por princípio a unidade nacional. É fundamental que os trabalhadores da TBG somem-se aos demais petroleiros, sindicalizando-se e fortalecendo a FUP para garantir novas conquistas e ampliar a luta em defesa da unidade da categoria.

O pré-sal é do povo brasileiro!

Na terça-feira, 12, o Comitê Estadual de São Paulo de Defesa do Petróleo pela Soberania Nacional fará concentrações no Largo do Paissandu, no centro da capital paulista, para coletar assinaturas em defesa do projeto de lei de iniciativa popular que restabelece o controle do Estado sobre o petróleo e gás.

Quem quiser participar ou entrar em contato com o Comitê para futuras atividades, acesse o blog www.opetroleoemnosso.blogspot.com ou ligue para o Sindipetro Unificado-SP (11) 3255-0113.

Nesta mesma semana, a FUP, CUT, MST, UNE, sindicatos e diversos movimentos sociais realizam em Guararema (SP) a III Plenária Nacional da Campanha do Petróleo. A plenária será realizada na Escola Nacional Florestan Fernandes, do MST, nos dias 12 e 13. Quem quiser participar, pode se inscrever através do e-mail campanhabetroleo@gmail.com ou pelos telefones (11) 3104-6746 e (11) 85672637.

Eleição da Petros: apuração segunda, 11

O resultado do processo eleitoral para escolha dos representantes dos trabalhadores nos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Petros será divulgado na próxima semana. A apuração dos votos ocorrerá na segunda-feira, dia 11, no Rio de Janeiro, e será conduzida pela Comissão Eleitoral, que é composta por oito integrantes (quatro indicados por sindicatos e associações e quatro pela Petros).

Os candidatos que disputaram a eleição irão acompanhar a contagem dos votos, junto com os fiscais indicados por eles. Além disso, um representante da mesma empresa especializada em segurança da informação que certificou o processo eleitoral também acompanhará a apuração.

Em defesa das escolas itinerantes do MST

A FUP e seus sindicatos sempre condenaram as tentativas de criminalização do MST e sempre saíram em defesa da legitimidade das ações dos sem terra na luta pela reforma agrária. Desde o ano passado, a governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius (PSDB), e o procurador do Ministério Público do estado, Gilberto Thums, intensificaram a campanha de perseguição contra o MST, alegando, entre outros absurdos, que o movimento representa uma ameaça à segurança nacional. Em março, a Secretaria Estadual de Educação e o Ministério Público fecharam as escolas itinerantes que o MST mantém no Rio Grande do Sul, para atender, principalmente, crianças e adolescentes durante as ocupações.

As escolas itinerantes funcionam em barracas de lonas nos acampamentos, em tempo integral, cumprindo o calendário oficial de 200 dias letivos, com aulas

voltadas para o ensino fundamental de 1ª a 5ª séries. A escola atua de acordo com as necessidades dos sem terra, com uma estrutura própria para ser desmontada e remontada, cada vez que o acampamento muda de lugar. No Rio Grande do Sul, a escola itinerante foi legalmente aprovada pelo Conselho Estadual de Educação em novembro de 1996 e, desde então, atendia as necessidades e lutas dos acampados.

O governo tucano de Yeda Crusius, no entanto, passou a perseguir de forma deliberada o MST. Mas, mesmo sem o reconhecimento e sem o apoio da Secretaria de Educação, as escolas itinerantes continuam funcionando nos acampamentos do estado, levando adiante a proposta pedagógica de Paulo Freire, de educação popular e transformadora, voltada para a realidade e necessidades dos alunos.

Edição 892 - Boletim da FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS Filiada à CUT www.fup.org.br

Av. Rio Branco, 133/21º andar, Centro, Rio de Janeiro - (21) 3852-5002 imprensa@fup.org.br **Redação e Diagramação:** Alessandra Murteira - MTB 16763 **Projeto gráfico:** Cláudio Camillo MTB 20478 **Estagiária de jornalismo:** Carol Cavassa **Diretoria responsável por esta edição:** Anselmo, Caetano, Chicão, Daniel, Divanilton, Estér, Leopoldino, Machado, Marlúzio, Moraes, Paulo César, Silva, Simão, Sinval e Ubiraney.